

Ata nº 1499135 - ASGGE

ATA DA 45ª REUNIÃO DO CONSELHO DE GOVERNANÇA

Data: 17/02/2023

Hora: 10h00

Local: Sala da Presidência, em formato híbrido

Pauta: Reunião de Análise da Estratégia - RAE (Processo SEI n. 0003455-37.2022.6.15.8000).

Participantes: Des. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti Maranhão (Presidente), Juiz Membro Fábio Leandro de Alencar Cunha, Alexandra Maria Soares Cordeiro (Secretária de Gestão de Pessoas e Diretora-Geral em exercício), Eduardo Rangel Ribeiro (ASPRE), Arioaldo Araújo Júnior (SAO), José Cassimiro Júnior (STIC), João Demar Lucena Rodrigues (SEAUDI), Vanessa Melo do Egypto (SCRE), Andréa Ribeiro de Gouvêa (SJI), Gabriela Almeida Garcia (CGO1G), Alexandre Ricardo Dias da Silva (Ascom), Júlio César Cruz de Oliveira (Ouvidoria), Thiago Marreiro Tomaz da Silva (COINT), Pedro de Figueirêdo Lima Neto (SINDJUF), Suênia Bernardo Carneiro (ASGGE) e Ana Gilka Barbosa de M Oliveira (ASGGE).

1. Discussão da pauta:

1.1 A presidente cumprimentou e agradeceu a presença de todos na reunião, cuja finalidade era a realização da análise da estratégia do Tribunal, através da avaliação dos resultados e do planejamento das ações a serem executadas ao longo do ano. Em seguida, passou a palavra para a Assessora de Governança, Suênia Bernardo.

1.2 Suênia iniciou a apresentação trazendo uma breve explicação sobre os papéis da Governança e da Gestão, com base no modelo referencial do TCU. Ela destacou que, com base nesse modelo, o objetivo da reunião do Conselho de Governança consistia em avaliar, direcionar e monitorar a Gestão do Tribunal, conduzida pelas Secretarias e suas unidades. Em seguida, Suênia apresentou o Mapa Estratégico e disse que a realização da reunião além de atender a Resolução TRE-PB nº 9/2021, também configura um dos requisitos para o Prêmio CNJ;

1.3 Em seguida, a assessora passou à análise dos resultados dos indicadores de cada Objetivo Estratégico, mencionando que dos indicadores mensurados, 16 alcançaram as metas e 05 não alcançaram;

1.4 Objetivo Estratégico - Fortalecer a Cidadania:

Suênia esclareceu que todas as metas foram alcançadas.

1.5 Objetivo Estratégico - Promover agilidade e produtividade na prestação jurisdicional:

A Presidente pontuou que os resultados, embora positivos, estão muito próximos das metas e que podem facilmente cair de desempenho; que é preciso priorizar, trabalhar os índices. A Secretária Judiciária, Andréa Gouvêa, registrou que esses itens vêm sendo trabalhados há várias reuniões, que houve reunião com a equipe do Tribunal de Justiça e do TRT, os quais apresentaram ferramentas que seriam de muita utilidade para o TRE. A Presidente solicitou que o Secretário de TIC, José Cassimiro, destacasse um servidor para ficar responsável pela coordenação dessas parcerias para implantação dessas ferramentas. Andrea ressaltou a necessidade de se avançar nos dados estatísticos e na busca de informações. Andrea explicou que o sistema "Atena" foi desenvolvido em colaboração; que não tem um gerente para administrar; que o correto seria o TSE centralizar essa função; que o PJE não gera relatório; que essa situação traz muitos

problemas. A Presidente solicitou a elaboração de um relatório elencando os problemas ocorridos na reunião em relação ao Atena e ao PJE.

Suênia explicou que, recentemente, foi realizada reunião com o TRE-GO sobre os painéis de BI desenvolvidos por eles e que os mesmos se disponibilizaram para realizar a implantação no TRE-PB. Cassimiro confirmou a viabilidade de instalação do BI do TRE-GO, bem como da importância de firmar parceria com o TRT para utilização do seu sistema na geração de relatórios.

O Juiz Fábio sugeriu que as demandas do 1º grau sejam encaminhadas não apenas para o COINT mas também para o Comitê Gestor do 1º grau, tendo em vista ser o mesmo integrado por magistrados e servidores.

1.6 Objetivo Estratégico - Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais:

Suênia explicou que a meta do único indicador desse objetivo estratégico foi superada.

1.7 Objetivo Estratégico - Aperfeiçoar a comunicação e a informação:

O Coordenador da Ouvidoria, Júlio César, enfatizou que, embora não tenha havido nenhuma infração, é preciso ter muito cuidado com a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados; disse que tentou promover reuniões de esclarecimentos mas não houve adesão. Suênia sugeriu que a Ouvidoria promova reuniões setoriais como, por exemplo, por secretarias.

Em seguida a assessora esclareceu que os dados para o indicador da comunicação interna foram levantados por pesquisa, a qual, apesar da baixa adesão, não teve muitas respostas negativas, variando de "regular" a "ótimo".

1.8 Objetivo Estratégico - Promover a Sustentabilidade:

Suênia mencionou que a meta foi superada mas reforçou a necessidade de serem desenvolvidos trabalhos para a continuidade das melhorias. Alexandra pontuou que foi iniciada ação com as impressoras e com o uso de papel, bem como um trabalho de mensuração dos atendimentos nos Cartórios a fim de levantar dados mais próximos da realidade e de evitar a formação de mini-almoxxarifados, como já acontece em algumas Zonas e unidades da Sede; que a medição do indicador é feita pela saída do item do almoxxarifado e não pelo seu consumo; que os copos descartáveis serão apenas de papel, para o público externo. Suênia ressaltou a necessidade da normatização das recomendações, tendo em vista que algumas unidades apresentam resistência às mudanças. A Presidente disse que será necessário elaborar normativo. Alexandra explicou que o normativo para limitação do fornecimento de papel já está em tramitação, aguardando apenas a conclusão do estudo sobre a realidade da demanda. A Chefe da SEDOC, Gabriela Almeida, fez alguns esclarecimentos sobre o funcionamento do descarte dos materiais oriundos das Zonas Eleitorais, que o procedimento é realizado em conjunto com o Núcleo de Sustentabilidade e que, anualmente, é totalizado em torno de meia tonelada de materiais por Zona Eleitoral. A Presidente informou a Gabriela que quer participar da próxima entrega de materiais de descarte à associação e que seja providenciada a publicação de uma matéria. Em seguida, ela solicitou a Cassimiro a colocação de totens para avaliação dos atendimentos realizados ao público.

1.9 Objetivo Estratégico - Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas:

Suênia esclareceu que a meta relativa ao indicador que mede o índice de implantação da gestão por competências já havia sido alcançada e depois caiu em virtude da reestruturação pela qual o Tribunal passou uma vez que não houve tempo hábil para avaliação dos novos gestores em virtude do período eleitoral.

Alexandra explicou que está previsto para o 1º semestre do ano a avaliação das competências gerenciais com os(as) ocupantes de CJ's e, no 2º semestre, com as chefias. Em seguida, ela fez alguns esclarecimentos sobre o projeto de implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho, que foi iniciado pelo TSE, que é complexo mas que

está sendo trabalhado e que o propósito é fazer uma unidade piloto em cada secretaria, até o final do semestre.

1.10 Objetivo Estratégico - Aperfeiçoar a governança e gestão:

O Secretário de Auditoria Interna, João Demar, disse que espera que, nesse ano não eleitoral, os gestores possam se debruçar para o cumprimento das auditorias. A Presidente solicitou ao mesmo a apresentação do relatório com as recomendações que precisam ser cumpridas para este ano. O Secretário de Administração e Orçamento, Arioaldo Júnior, ponderou que algumas recomendações são mais estruturais, que é preciso analisar a natureza das recomendações. A Presidente disse que é preciso atender às recomendações factíveis e, dentre as complexas, elencar aquelas que deverão ser priorizadas. O servidor Pedro Lima defendeu a necessidade das recomendações serem direcionadas para cumprimento de ações factíveis. João Demar explicou que, ultimamente, a Secretaria tem realizado apenas as auditorias obrigatórias, que fizeram reuniões de *feedback* com os gestores, mas que o papel da auditoria é tentar melhorar o Tribunal, que entende e concorda com a priorização de outras ações, mas que é o papel deles.

Arioaldo questionou sobre a real necessidade da existência desse indicador estratégico. Suênia defendeu a importância de mantê-lo porque traz visibilidade para a Administração, aos gestores, que o tribunal avançou muito com as auditorias da SEAUDI; Alexandra disse que tem havido mais diálogo com as unidades e também recomendações mais factíveis, sendo inegável a modernização do Tribunal, a partir da implementação de recomendações da SEAUDI.

Arioaldo disse que o cumprimento do indicador de contratações guarda relação direta com a capacidade do TRE de executar.

Em seguida, Suênia apresentou as diretrizes para 2023 como, por exemplo, a ação de reconhecimento das equipes que alcançaram as metas estratégicas. Ela sugeriu a entrega de certificados à equipe em sessão do pleno, na pauta administrativa.

Sobre o Plano de Integridade, a Desa. Presidente sugeriu que o comitê seja coordenado pelo Corregedor.

A Presidente agradeceu a presença e a participação de todos. A reunião foi encerrada às 11:20 hs.

ALEXANDRA MARIA SOARES CORDEIRO
DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRA MARIA SOARES CORDEIRO em 23/02/2023, às 19:22, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

SUÊNIA BERNARDO CARNEIRO
ASSESSOR(A) DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA



Documento assinado eletronicamente por SUÊNIA BERNARDO CARNEIRO em 24/02/2023, às 08:10, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ANA GILKA BARBOSA DE MEDEIROS OLIVEIRA
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente por ANA GILKA BARBOSA DE MEDEIROS OLIVEIRA em 24/02/2023, às 08:20, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JOÃO DEMAR LUCENA RODRIGUES

SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA



Documento assinado eletronicamente por JOÃO DEMAR LUCENA RODRIGUES em 24/02/2023, às 09:01, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JOSÉ CASSIMIRO JUNIOR
SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CASSIMIRO JUNIOR em 24/02/2023, às 09:04, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

PEDRO DE FIGUEIRÊDO LIMA NETO
CHEFE DA SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE



Documento assinado eletronicamente por PEDRO DE FIGUEIRÊDO LIMA NETO em 24/02/2023, às 09:16, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

EDUARDO RANGEL RIBEIRO
ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA



Documento assinado eletronicamente por EDUARDO RANGEL RIBEIRO em 24/02/2023, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR
SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO



Documento assinado eletronicamente por ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR em 24/02/2023, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI MARANHÃO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL



Documento assinado eletronicamente por Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti Maranhão em 24/02/2023, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

THIAGO MARREIRO TOMAZ DA SILVA
MEMBRO DO CONSELHO



Documento assinado eletronicamente por Thiago Marreiro Tomaz da Silva em 24/02/2023, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JÚLIO CÉSAR CRUZ DE OLIVEIRA
TITULAR ADMINISTRATIVO DA OUVIDORIA



Documento assinado eletronicamente por JÚLIO CÉSAR CRUZ DE OLIVEIRA em 24/02/2023, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ALEXANDRE RICARDO DIAS DA SILVA

TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE RICARDO DIAS DA SILVA em 24/02/2023, às 12:52, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FABIO LEANDRO DE ALENCAR CUNHA
JUIZ MEMBRO



Documento assinado eletronicamente por Fabio Leandro de Alencar Cunha em 24/02/2023, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

GABRIELA ALMEIDA GARCIA
MEMBRO DO COMITÊ



Documento assinado eletronicamente por GABRIELA ALMEIDA GARCIA em 27/02/2023, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ANDRÉA RIBEIRO DE GOUVÊA
SECRETÁRIO(A) JUDICIÁRIO(A) E DA INFORMAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por Andréa Ribeiro de Gouvêa em 02/03/2023, às 19:07, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARIA ERIDAN PIMENTA NETA
MEMBRO DO CONSELHO



Documento assinado eletronicamente por Maria Eridan Pimenta Neta em 03/03/2023, às 10:24, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

VANESSA MELO DO EGYPTO
SECRETÁRIO(A) DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL



Documento assinado eletronicamente por VANESSA MELO DO EGYPTO em 03/03/2023, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1499135&crc=2D09D175, informando, caso não preenchido, o código verificador **1499135** e o código CRC **2D09D175**..